

FACULDADE INTEGRADA CETE – FIC
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

ELAINE MARCELLE FERREIRA DA SILVA
JANAYNNA FERREIRA CABRAL ALVES

**DESAFIOS ASSISTENCIAIS A POPULAÇÃO TRANSEXUAL: PERCEPÇÃO DOS
ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE LAJEDO - PE**

GARANHUNS - PE

NOVEMBRO/2023

ELAINE MARCELLE FERREIRA DA SILVA
JANAYNNA FERREIRA CABRAL ALVES

**DESAFIOS ASSISTENCIAIS A POPULAÇÃO TRANSEXUAL: PERCEÇÃO DOS
ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE LAJEDO - PE**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem no Curso de Enfermagem da Faculdade Integrada CETE - FIC.

Orientador(a): Prof. Esp. Rafaela Figueiredo da Costa Bezerra
Coorientador(a): MSc. Julianne Milenna Padilha Rolim

GARANHUNS - PE
NOVEMBRO/2023

ELAINE MARCELLE FERREIRA DA SILVA
JANAYNNA FERREIRA CABRAL ALVES

**DESAFIOS ASSISTENCIAIS A POPULAÇÃO TRANSEXUAL: PERCEPÇÃO DOS
ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE LAJEDO - PE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
título de Bacharel em Enfermagem, no Curso
de Enfermagem da Faculdade Integrada CETE
– FIC.

Garanhuns, 24 de novembro 2023.

BANCA EXAMINADORA

Rafaela Figueiredo da Costa Bezerra

Prof. Esp. Rafaela Figueiredo da Costa Bezerra
Faculdade Integrada Cete – FIC
Orientadora

Julianne Milenna Padilha Rolim

Prof. MSc. Julianne Milenna Padilha Rolim
Faculdade Integrada Cete – FIC
Coorientadora

Isabella Medeiros de Oliveira Magalhães

Prof. Dra. Isabella Medeiros de Oliveira Magalhães
Faculdade Integrada Cete – FIC

Rafael David Souto de Azevedo

Prof. Dr. Rafael David Souto de Azevedo
Universidade de Pernambuco - UPE

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pela força, coragem, determinação e persistência para superar os obstáculos ao longo desses cinco anos.

Aos familiares e amigos pelo apoio, direto ou indireto, pela torcida, por vibrar com cada conquista nossa, pela paciência e compreensão com nossa impaciência, estresse e angústia nos momentos de provas, de sobrecarga, de achar que não daríamos conta, por entender nossa ausência em determinados momentos.

A nossa orientadora Rafaela Figueiredo da Costa Bezerra e coorientadora Julianne Milenna Padilha Rolim pela orientação e contribuição para elaboração desse trabalho.

Aos professores da graduação que através de seus ensinamentos contribuíram para nossa formação acadêmica.

Aos colaboradores que fazem e fizeram parte da instituição acadêmica, os quais sempre estiveram prontos a nos atender.

A Prefeitura Municipal de Lajedo nas pessoas de Maria do Socorro Ribeiro (Secretária de Saúde), Dra. Michelline Oliviera Pedrosa Spíndola (Assessoria e Planejamento em Saúde) e aos enfermeiros (as) da Atenção Básica de Saúde que nos acolheram e que se dispuseram a participar da nossa coleta de dados para que esse trabalho pudesse ser concluído.

Aos profissionais que durante os estágios compartilharam conhecimento e experiências.

Aos pacientes que acreditaram em nosso conhecimento, que permitiram ser cuidados por nós retribuindo ao final de cada assistência com um sorriso de satisfação.

Enfim, agradecemos, a todos que de alguma maneira contribuíram para que chegássemos até aqui.

“Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância”.

John F. Kennedy

DESAFIOS ASSISTENCIAIS A POPULAÇÃO TRANSEXUAL: PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO MUNICÍPIO DE LAJEDO – PE

Elaine Marcelle Ferreira da Silva¹; Janaynna Ferreira Cabral Alves¹; Rafaela Figueiredo da Costa Bezerra²; Julianne Milenna Padilha Rolim³

^{1,2,3}Faculdade Integrada Cete – FIC, Garanhuns - PE, Brasil
ferreiramarcelle470@gmail.com
jana.fcalves@gmail.com
rafaelafigue@hotmail.com
juliannepadilha@gmail.com

RESUMO

O histórico de preconceito a população transgênero e o atendimento inadequado nas unidades de saúde, resulta em baixa adesão aos serviços de saúde, deixando a citada população vulnerável a adoecimentos. Logo, trazemos a importância do respeito à diversidade de gênero como a chave do acolhimento humanizado na saúde, onde os profissionais estando preparados e qualificados para esse atendimento, alcançarão maior eficácia para atender as premissas das políticas públicas de saúde e seus programas. O objetivo geral desse estudo é compreender as dificuldades dos enfermeiros na Atenção Primária de Saúde na assistência a população transgênero de um município da V GERES, Lajedo-PE e os objetivos específicos são identificar a compreensão dos enfermeiros da Atenção Primária de Saúde na assistência a população transgênero; identificar a carência enfermeiro-cliente, sobre a demanda social e de saúde a essa população; caracterizar o perfil do enfermeiro da Atenção Primária de Saúde no município de Lajedo. A coleta de dados para esse estudo transversal de abordagem mista foi realizada por meio de uma pesquisa de campo através de questionário semiestruturado composto de 12 questões abertas e fechadas com 13 enfermeiras pertencentes a Atenção Primária do município, sendo a amostra censitária.

Palavras-chave: Assistência de Enfermagem; Atenção Básica; Transexual; Gênero.

1 INTRODUÇÃO

A assistência a saúde deve ser um direito universal de todos e para isso tem que ser pautada em conhecimentos científicos, os quais abrangem toda e qualquer parte da população, sendo assim implementada livre de preconceito, de atos discriminatórios e/ou tratamentos pejorativos e excludentes, por parte da equipe de saúde. Para isso é primordial o conhecimento detalhado sobre a assistência a população “*trans*” por parte dos enfermeiros, sendo necessário o conhecimento dos conceitos de gênero e identidade de gênero, isentando assim o tratamento realizado por palavras inapropriadas e inconvenientes [1].

A palavra gênero está diretamente associada à história do movimento feminista contemporâneo, a qual diverge socialmente quanto a imposição biológica determinada no nascimento, uma vez que a definição de gênero é entendida como uma maneira de “construções sociais”, ou seja, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado [2].

Para a ciência biológica, o gênero está interligado ao sexo/genitália do nascimento, podendo ser: masculino, feminino ou hermafrodita, que é o indivíduo que nasce com genitália feminina e masculina. Diferente do citado conceito, a ciência social define gênero como algo que é construído desde o nascimento e que sofre influência histórico-sócio-cultural ao longo da vida, podendo ser construído e reconstruído [3].

Entende-se por identidade de gênero, a identificação do sujeito com seu próprio gênero, a forma como ele se percebe, sendo caracterizado como uma visão subjetiva de ser. Dessa forma, temos na identidade de gênero: cisgênero, quando o indivíduo se identifica com o sexo biológico; transgênero, quando não se identifica com o sexo biológico e não-binário, quando o indivíduo não se identifica com nenhum gênero ou transita por eles [4].

O indivíduo que não se identifica com o gênero atribuído no nascimento é identificado como transgênero. Nesse universo da abreviação “*trans*”, está incluso uma população formada por uma diversidade grande de gêneros, como transexuais, travestis, bigênero e pangênero. Vale salientar que “*trans*” é a forma como ele se enxerga e se sente e essa falta de compreensão sobre a definição desse conceito configura um grave problema desse grupo no acesso aos cuidados básicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS [5].

Do ponto de vista histórico, a transexualidade sempre existiu, porém, no século XX, essa classe ganhou mais visibilidade. Neste cenário é importante destacar que é considerada uma mulher transexual, aquela pessoa que nasceu com o sexo biológico masculino e luta pelo reconhecimento social e legal como mulher, ou seja, como gênero feminino. E considera-se homem transexual: a pessoa que nasceu com o sexo biológico feminino e luta pelo reconhecimento social e legal como homem, ou seja, gênero masculino [6].

Na Constituição Federal de 1988, o artigo 6º, preconiza os direitos fundamentais, que devem ser garantidos a qualquer ser humano: o direito à saúde. Porém, as pessoas que se encontram fora do binarismo imposto pela sociedade, tem os seus direitos desrespeitados e acabam sendo expostos a uma vulnerabilidade ocasionada pelo preconceito, pela segregação existente na sociedade e até mesmo pela falta de conhecimentos técnicos e científicos por parte dos profissionais da área da saúde, para promover saúde e prevenir agravos [7].

A Atenção Primária de Saúde (APS) é porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como princípios: a universalidade, a integralidade e a equidade. Sendo assim, subtende-se ser o local de acolhimento de toda a população, independente da sua identificação de gênero. Infelizmente, na prática, esse acolhimento a pertencentes do grupo “*trans*” é inexistente ou ineficaz, uma vez que os mesmos enfrentam desafios diários em busca de uma assistência holística [8].

Uma revisão integrativa realizada com recorte de 1999-2020, onde foram selecionados 16 artigos que contemplava sobre o acolhimento a população *trans*, mostrou que a procura de atendimento na APS pôr a população *trans* é de baixa adesão, do mesmo modo o acolhimento ocorre de forma ineficiente por parte da equipe de saúde que se encontra a frente desse serviço, seja pelo preconceito, pela falta de preparo acadêmico que ainda carrega consigo o modelo heteronormativo e pelo desconhecimento das particularidades desse grupo, como, por exemplo, o desejo pela mudança corporal seja por cirurgias ou tratamento de hormonioterapia, os quais são realizados pelo Sistema Único de Saúde [9].

Em 2011, visando a promoção da saúde das pessoas “*trans*” diante das suas particularidades, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) visando anular a discriminação, o preconceito, sendo essas duas práticas consideradas crime, e de minimizar as desigualdades existentes, validando assim o SUS como um sistema universal, igualitário e equânime [1].

Sendo o enfermeiro o profissional que está à frente da APS, planejando, liderando as ações e tendo como compromisso a realização de uma assistência integral, a qual promova e proteja a saúde de toda a população, visando sempre a prevenção de agravos decorrentes de causas evitáveis, como o uso indiscriminado de hormônios sem o devido acompanhamento pela equipe multidisciplinar. Para que essa assistência aconteça de forma humanizada é necessário que os profissionais da área conheçam as necessidades de saúde de cada grupo existente no seu campo de responsabilidade [10].

Diante de toda problemática, muito se tem questionado sobre o preparo do enfermeiro na oferta de um atendimento humanizado a população “*trans*”, visto que, na sua formação

acadêmica, há uma falha na preparação desse profissional para prestar essa assistência, respeitando sempre os direitos e as particularidades do grupo em questão. Diante disso, é importante buscar maneiras de melhorar esse atendimento a população “*trans*” fazendo com que os mesmos se sintam acolhidos pelos profissionais do SUS [11].

Artigos mostram que há um histórico de atendimentos inadequados a população “*trans*” e os avanços no que diz respeito ao acesso às informações e conhecimentos na atualidade, surge a necessidade de identificar quais as dificuldades dos enfermeiros da APS nos cuidados as pessoas transgênero. Considerando pertinente falar desse tema, evidenciando a realidade concreta de um município da V GERES (Gerência Regional de Saúde) por meio de uma pesquisa de campo. O atendimento inapropriado ao público “*trans*” se dá pelo estigma, preconceito, pela falta de conhecimento e/ou pela falta de qualificação na área?

O SUS, baseado em seus princípios, tem entre suas atribuições a formulação e implementação de políticas específicas voltadas ao atendimento das demandas de grupos populacionais diversos que estejam expostos a diferentes riscos de adoecimento. Dentro da equipe de saúde, o enfermeiro, além de ser o elo da população com a rede de atenção à saúde, desempenha um papel importante no cuidado integral à pessoa, considerando aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

Mesmo na Política Nacional de Saúde Integral LGBT e nos princípios do SUS em relação à prática assistencial, a proposta é o cuidar na visão holística e individualizada, onde uma assistência de qualidade, não pode ocorrer de forma igualitária para todas as pessoas, sem atentar para as suas singularidades, atendendo assim o princípio da equidade. Nessa situação, quais as dificuldades dos enfermeiros na assistência a população “*trans*”?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A saúde é um direito fundamental de todo e qualquer ser humano, conforme a Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988) [19]. Em 2011 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) com a finalidade de minimizar a discriminação existente com essa classe minoritária, reconhecendo, assim, toda segregação existente como um determinante social que pode trazer sofrimento e adoecimento. A política também pretende garantir uma assistência de qualidade e humanizada dentro de toda rede do SUS, atendendo assim a demanda individual e específica daqueles que necessitam [12].

COSTA *et al.* [12] e GOMES *et al.* [13] afirmam que as políticas públicas são criadas a fim de garantir a todo e qualquer cidadão o acesso aos serviços de saúde, o que já foi

mencionado anteriormente, como um direito constitucional do ser humano independe de gênero e/ou orientação sexual. O qual é implementado pelo SUS, que embora não tenha nas suas diretrizes orientações específicas para essa população, também não tem nada que admita apenas a binaridade de gênero.

A enfermagem, enquanto ciência do cuidado ao ser humano, regulamentada pela Lei do Exercício nº 7.498 de 25 de junho de 1986, onde tem como profissional o enfermeiro que está à frente da Atenção Primária à Saúde, a qual é a porta de entrada para todos os níveis da Rede de Atenção à Saúde (RAS), tem um papel fundamental na assistência da população “*trans*”, livre de julgamentos e discriminação, onde deverá ter uma visão holística e humanizada para aqueles que necessitam dos seus cuidados.

BORGES e PASSOS [14] ressaltam o importante papel do enfermeiro nessa assistência, onde é necessário que ocorra o conhecimento, aprimoramento e aptidão para lidar de maneira inclusiva com a população “*trans*”, compreendendo todos os cuidados assistenciais disponíveis no SUS, seja o processo transexualizador, de hormonioterapia ou transgenitalização. Uma vez que nem todos os transgêneros desejam se submeter a um processo transexualizador, eles querem e tem o direito de serem assistidos sem nenhum tipo de intolerância.

Segundo GOMES *et al.* [13] mesmo com o crescimento da população transexual ainda existe uma dificuldade no cumprimento de políticas públicas efetivas para a classe, que somado ao binarismo imposto pela sociedade e aos discursos governamentais acaba por influenciar ainda mais a segregação dessa população, tornando-a invisível aos olhos da sociedade e do próprio serviço de saúde, que, ao mesmo tempo que prega a universalidade, confere ao grupo em questão um atendimento excludente.

A implementação e efetivação da política PNSILGBT ainda deixa muito a desejar, pois infelizmente há violação dos direitos dessa população, tais como: discriminação pelos próprios profissionais da saúde, o não uso do nome social, a falta de informação sobre o processo transexualizador na esfera do SUS e junto a tudo isso a falta de preparo dos profissionais da saúde em promover uma assistência adequada pautada nos princípios e diretrizes do SUS, minimizando assim os agravos mais prevalentes nessa classe populacional [15].

GOMES [13], BORGES e PASSOS [14] reforça o que foi argumentado por SANTANA *et al.* [15] quando fala do cumprimento da política pública de saúde voltada para gêneros, mesmo sabendo que cada indivíduo tem sua singularidade tornando-se complexo por suas especificidades. As pessoas que fazem parte do grupo de pessoas “*trans*”, precisam de

ações que atendam suas necessidades, da mesma forma que outros grupos atendidos pela Atenção Primária de Saúde, pois o desrespeito sofrido ao se procurar o serviço de saúde acaba afastando esse público da APS, levando-os a uma maior vulnerabilidade e conseqüentemente a um maior índice de adoecimento.

MARTINS *et al.* [16] afirma que ainda há uma percepção cis-heteronormativa entre os enfermeiros de APS e que a mesma é decorrente de uma construção social existente, onde o preconceito, a discriminação, as crenças religiosas e os preceitos morais estão presentes. Também ressalta a falta de preparo acadêmico, bem como a importância da capacitação através da educação permanente e continuada a fim de melhorar o atendimento à saúde e conseqüentemente a qualidade de vida desses usuários.

NIETSCHE *et al.* [17], MARTINS [16]; BORGES e PASSOS [14] concordam que há uma falta de preparo acadêmico, onde na matriz curricular não consta nenhuma disciplina que aborde a temática da assistência a população LGBTQIA+ e, quando disponibilizada, é como cadeira extracurricular que não tem a adesão de todos os discentes. Os mesmos reforçam ainda que a falta de conhecimento sobre as especificidades da população poderá trazer prejuízos no momento assistencial, onde o enfermeiro tem um papel fundamental, e tais danos irá repercutir tanto para quem presta assistência como para quem procura serviço.

COSTA, *et al.*, [12] ressaltam que tanto os acadêmicos de enfermagem, quanto enfermeiros atuantes na APS possuem um despreparo para o atendimento das particularidades da população “*trans*”, implicando em um atendimento desrespeitoso e que corrobora para evasão na procura no serviço de saúde. Alguns, ainda que na tentativa de um atendimento de qualidade, acabam cometendo alguma injustiça, uma vez que não implementam o princípio da equidade.

Estudos mostram a necessidade de planejar e direcionar ações, sejam elas de promoção, prevenção e/ou recuperação da saúde, as quais envolvam as pessoas “*trans*”, que por hora, busca uma assistência holística, respeitosa e de qualidade, de uma vez que sentem a necessidade de um acolhimento e cuidado de excelência.

Através das ações e relações desenvolvidas com a população que atende, o enfermeiro tem papel essencial na elaboração de estratégias que atendam as demandas do público “*trans*”, sendo inaceitável, haver atos discriminatórios e/ou de repulsa com essas pessoas. Para que isso seja evitado, é de primordial importância o conhecimento embasado cientificamente de como abordar e assistir à população “*trans*”, independentemente se tal conhecimento é adquirido no período da graduação e/ou em cursos preparatórios e de aperfeiçoamentos [16].

Ainda segundo REIS. *et al.* [18] o desconhecimento do que é identidade de gênero, segundo os profissionais, é decorrente da falta de preparo acadêmico no que se refere ao cuidado das especificidades, que adicionado ao binarismo de gênero imposto pela sociedade, mesmo com a PNSILGBT, os profissionais acabam por realizar um atendimento neutro e universal, desrespeitando o princípio da equidade, o que acaba ocasionando um preconceito velado.

Então, baseado nas dificuldades identificadas durante esse estudo, o que os torna inaptos para prestar uma assistência holística, conforme a especificidade da população “*trans*”, e que acaba refletindo na não efetivação da política LGBTQIA+. Com isso, se faz necessário o incentivo a programas de qualificação no tocante a promoção, prevenção e proteção à saúde, por parte governo tripartite, onde a assistência as pessoas não enquadradas no não-binarismo imposto pela sociedade tomará uma visibilidade mais ampla e qualificada, baseada nos princípios e diretrizes do SUS.

3 MÉTODO

Os dados quantitativos foram digitados e analisados mediante estatística descritiva (frequência absoluta e relativa, medidas de tendência central e dispersão) no software estatístico SPSS, versão 26.0.

Com relação aos dados qualitativos, estes foram transcritos na forma literal para um documento único no *Word*[®]. O processo de análise se deu mediante o método de análise de conteúdo, a partir das etapas de pré-análise, adquirida por meio da leitura dos depoimentos e extração das ideias centrais e expressões-chave; exploração dos dados, com codificação dos depoimentos e definição das categorias; e tratamento dos dados, para consolidação e interpretação das informações relevantes para o estudo. As categorias foram estabelecidas em convergência com as perguntas incluídas no questionário. Uma vez que a amostra foi censitária, não foi utilizado o critério de saturação de ideias. Como forma de manter sigilo sobre as identidades, foi empregada da abreviação ENF seguida de um número cardinal para codificação das falas.

4 RESULTADOS

Dentre as 13 enfermeiras entrevistadas, a média de idade foi de 30,6 anos (DP±6,3), 84,6% se autodeclararam cisgênero (n=11), 53,8% eram casadas (n=7), 100,0% tinham

apenas especialização como titulação máxima (n=13), 46,2% tinham entre 3 a 6 anos de formação (n=6), e 53,8% tinham de 1 a 3 anos de experiência na APS (n=7) (Tabela 1).

Tabela 1 – Características sociodemográficas e laborais das participantes. Lajedo, PE, Brasil, 2023. (N=13)

Variáveis	n (%)
Idade	
Mínimo – Máximo	25,0 – 45,0
Média – Desvio padrão	30,6 ± 6,3
Identidade de gênero	
Cisgênero	11 (84,6)
Transgênero	0 (0,0)
Ignorado	2 (15,4)
Estado civil	
Solteiro (a)	6 (46,2)
Casado (a)	7 (53,8)
Viúvo (a)	0 (0,0)
Divorciado (a)	0 (0,0)
Titulação máxima	
Especialização	13 (100,0)
Mestrado	0 (0,0)
Doutorado	0 (0,0)
Nenhuma	0 (0,0)
Tempo de formação	
1 a 3 anos	2 (15,4)
3 a 6 anos	6 (46,2)
Mais de 6 anos	4 (30,8)
NR/IG	1 (7,6)
Tempo de experiência na Atenção Primária à Saúde	

1 a 3 anos	7 (53,8)
3 a 6 anos	3 (23,1)
Mais de 6 anos	2 (15,4)
NR/IG	1 (7,7)

Nota: NR/IG: não respondeu/ignorado.

A tabela 2 expressa que 84,6% das enfermeiras sabiam diferenciar gênero e identidade de gênero (n=11), 69,2% tinham conhecimentos sobre os direitos da população LGBTQIA+ (n=9), 84,6% não demonstravam dificuldade para prestar assistência a população LGBTQIA+ (n=11), 53,8% não tinham experiência no atendimento à população trans e/ou LGBTQIA+ (n=7), 61,5% não receberam preparo na formação acadêmica para atendimento do público-alvo (n=8), 61,5% já participaram de curso e/ou capacitação (n=8), 61,5% não tinham conhecimento de como funciona o acesso ao processo transexualizador e/ou de cirurgia de redesignação sexual pelo SUS (n=8), e 92,3% afirmaram que há demanda de atendimento no município desse público (n=12).

Tabela 2 – Conhecimento das participantes sobre os aspectos de gênero. Lajedo, PE, Brasil, 2023. (N=13)

Variáveis	n (%)
Sabe diferenciar gênero e identidade de gênero?	
Sim	11 (84,6)
Não	2 (15,4)
Você tem conhecimento dos direitos da população LGBTQIA+ perante a PNSILGBT?	
Sim	9 (69,2)
Não	4 (30,8)
Sente dificuldade para prestar assistência a população LGBTQIA+?	
Sim	2 (15,4)
Não	11 (84,6)
Tem experiência no atendimento à população trans e/ou LGBTQIA+?	
Sim	6 (46,2)
Não	7 (53,8)
Na sua formação acadêmica houve algum preparo para atendimento dessa população?	
Sim	5 (38,5)
Não	8 (61,5)
Já participou de curso e/ou capacitação para melhor atender a essa classe?	
Sim	8 (61,5)

Não	5 (38,5)
Tem conhecimento de como funciona o acesso ao processo transexualizador e/ou de cirurgia de redesignação sexual pelo SUS?	
Sim	5 (38,5)
Não	8 (61,5)
Há demanda de atendimento no município desse público?	
Sim	12 (92,3)
Não	1 (7,7)

Após análise dos questionários, foram elaboradas quatro categorias temáticas: a) compreensão sobre identidade de gênero; b) atendimento à população trans: percepções sobre o ideal; c) estratégias de acolhimento à população trans nas unidades básicas de saúde; e d) desafios na assistência à população trans.

Compreensão sobre identidade de gênero

Ao serem questionadas sobre identidade de gênero, a maioria das enfermeiras demonstrou concepções semelhantes, especialmente no que tange a autoidentificação. Ainda, destaca-se em uma das falas a relação da identidade com a forma de tratamento.

Gênero com o qual a pessoa se identifica. ENF 1.

A forma como que a pessoa se vê e se enxerga, o modo que ela gosta de ser chamada e tratada. ENF 3.

Como sendo a forma que o indivíduo se considera, independente do gênero que nasceu. ENF 10.

Atendimento à população trans: percepções sobre o ideal

No tocante à forma de atendimento à população trans, foi evidenciado nas falas que a assistência deve estar isenta de preconceitos e discriminações. Por sua vez, as ações de integralidade, humanização e empatia foram realçadas pelas participantes como aspectos fundamentais de atendimento. O emprego do nome social também foi pontuado como exemplo de conduta a ser seguida.

O atendimento deve ser de forma integral e sem discriminação, tratar a pessoa como ela gosta de ser chamada e ser capaz de suprir suas necessidades, assim ganhando a confiança para que seja um atendimento qualificado e resolutivo. ENF 3.

As condutas em si são semelhantes aos demais atendimentos. A grande diferença é realmente o acolhimento empático e se atentar aos detalhes como por exemplo chamar pelo nome social. E6.

De maneira holística e integrada, levando em consideração as necessidades e particularidades de cada pessoa. ENF 10.

Estratégias de acolhimento à população trans nas Unidades Básicas de Saúde

Dentre as estratégias utilizadas para promover acolhimento à população trans na Atenção Básica, observa-se que muitas enfermeiras retratam apenas o acolhimento igualitário e condutas a partir das prioridades identificadas. No entanto, ENF 6 sublinha ações de educação permanente sobre acolhimento e nome social para a equipe, bem como fluxo de atendimento e aplicação de cartazes na unidade de forma que a população trans possa se sentir acolhida e as demais inteirarem-se sobre a temática. Foi identificado ainda na fala de ENF 5 que alguns usuários demonstram preconceitos sobre o acesso à saúde para população trans.

Em relação a equipe, todos tratam como o mesmo se sente, sempre perguntando como quer ser chamado, já a população alguns com bastante preconceito, e até refere que não era pra ser atendido(a). ENF 5.

Já realizamos orientações para toda equipe de como realizar o acolhimento, utilizar nome social. Colocamos cartazes na unidade para se sentirem mais pertencentes ao local. Temos o fluxo de passar primeiro na enfermeira e posteriormente caso necessário redirecionar para o médico. ENF 6.

De maneira acolhedora. Buscando ouvir as necessidades da pessoa, livre de julgamentos e preconceitos. ENF 10.

Desafios na assistência à população trans

Esta categoria expressa as dificuldades das enfermeiras para prestarem assistência à população trans. Como exemplo, foram citadas a falta de acolhimento, baixa demanda, compreensão limitada sobre as políticas e direitos da população trans, insegurança sobre abordagens e orientações, e preconceito pelos demais usuários.

[...] Acredito que é necessário uma atenção maior a esta população, devido o preconceito que existe, causando afastamento dessa população em alguns serviços. Devemos entender melhor os direitos para poder ofertar de uma forma melhor ENF 4.

[...] em relação ao preconceito da população (usuários do PSF), mais conhecimento. ENF 5.

[...] O principal desafio é a falta de acolhimento até esse usuário chegar na sala de atendimento; e também ausência de educação permanente sobre a temática. ENF 6.

[...] até o momento não surgiu na unidade onde trabalho, porém acredito que acesso com os profissionais seja aceito mas a população não ainda falta educação, palestra, informativos sobre esse tema. ENF 7.

[...] falta capacitação para os profissionais. Insegurança quanto a algumas abordagens e orientações. ENF 9.

[...]a procura de atendimento já é baixa e muitas vezes até os próprios profissionais da unidade acabam afastando esse público por não se sentirem seguros/acolhidos. Então uma das maiores dificuldades é trazer a população para o serviço de saúde. ENF 11.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o estudo realizado, mesmo a maioria das entrevistadas relatando compreensão sobre a política LGBTQIA+, infelizmente a assistência a população trans não se dá de forma equânime, uma vez que ainda há falhas desde o acolhimento até a assistência propriamente dita e isso se deve a vários fatores tais como: conhecimento restrito, insegurança nas abordagens, orientações falhas e até mesmo a baixa procura aos serviços de saúde.

É importante ressaltar que o preparo acadêmico sobre assistência a população diversa, na qual a população LGBTQIA+ faz parte, é extremamente importante, visto que, a maioria das instituições não possuem uma cadeira específica para abordar as particularidades da população diversa e nesse caso da população LGBTQIA+, na qual os trans estão inseridos. E mesmo participando de capacitações e/ou cursos ao sair da universidade, esses profissionais ainda encontram dificuldades na assistência e acolhimento, levando público trans ao afastamento das unidades básicas de saúde.

Logo, levando em consideração que a saúde é um direito de todos, é de suma importância uma reflexão sobre a temática estudada, assim como um aprimoramento na assistência e implementação efetiva da política, trazendo assim a referida população para o serviço de saúde.

Diante desse estudo ainda se observa a necessidade de ampliação dos conhecimentos voltados as particularidades da população trans, para que seja prestada uma assistência equânime, minimizando assim as desigualdades, e para isso, o enfermeiro tem um papel de fundamental importância, já que é o profissional que se encontra a frente da Atenção Primária de Saúde.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] LIMA, J. C. G. D. *et al.* **Conhecimento da equipe de enfermagem frente ao paciente transgênero.** Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 10, p. 1-9, ago./2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18394>. Acesso em: 6 ago. 2022.
- [2] SCOTT, Joana W. **GÊNERO : UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA.** A Revisão Histórica Americana, Washington, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez./1986. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article-abstract/91/5/1053/155166?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- [3] GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. **Gênero, Identidade de gênero e Sexualidade: conceitos e determinações em contexto social.** Revista Ciências Humanas, Taubaté-SP, v. 14, n. 1, p. 1-6, jan./2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a600>. Acesso em: 8 set. 2022.
- [4] ZANI, Luiz Felipe; TERRA, Maria Fernanda. **Conhecimentos sobre identidade de gênero e orientação sexual entre graduandos/as de enfermagem.** Journal Health NPEPS, Tangará da Serra -MT, v. 4, n. 2, p. 167-179, dez./2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/issue/view/286>. Acesso em: 9 set. 2022.
- [5] SILVA, A. M. D. *et al.* **O olhar da enfermagem na assistência à pessoa trans (T3).** Enfermagem Revista, Minas, v. 21, n. 3, p. 85-105, jan./2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/19325>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- [6] CHRISOSTOMO, K. R.; SOBREIRO, B. P.; CHRISOSTOMO, E. R. ; NISHIHARA, R. M. . **O que o profissional da saúde precisa saber a respeito do atendimento às pessoas transexuais ou transgênero.** Medicina (Ribeirão Preto), [S. l.], v. 54, n. 4, p. e-180051, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-7262.rmrp.2021.180051. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/180051>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- [7] FIDELES, F. F. *et al.* **Assistência à saúde da mulher trans: fragilidades e desafios.** Revista Cerus, Gurupi, v. 14, n. 2, p. 46-60, jul./2022. Disponível em: <http://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/issue/view/96>. Acesso em: 5 ago. 2022.
- [8] GOMES, D. D. F. *et al.* **Desafios éticos nas relações entre enfermeiro e transexuais na Atenção Primária de Saúde.** Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 1, p. 1-12, jan./2021. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo3055404. Acesso em: 4 ago. 2022.
- [9] VERAS, P. H. L. *et al.* **ACOLHIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.** Revista Enfermagem in derm, online, v. 95, n. 36, p. 1-9, out./2021. Disponível em:

<https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1179>. Acesso em: 8 ago. 2022.

[10] SEHNEM, G. D. *et al.* **Assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento.** Revista de Enfermagem, Recife, v. 11, n. 4, p. 1676-1684, abr./2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/15238/18014>. Acesso em: 6 ago. 2022.

[11] DUARTE, D. D. *et al.* **A perspectiva do enfermeiro no cuidado diante da pessoa trans.** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 4, p. 1-22, mar./2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2845>. Acesso em: 8 ago. 2022.

[12] COSTA, C. M. A. *et al.* **Saberes e práticas de alunos de enfermagem na atenção à saúde das minorias sexuais.** Global Academic Nursing Journal, Rio de Janeiro - RJ, v. 1, n. 3, p. 1-7, dez./2020. Disponível em: <https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/104>. Acesso em: 1 set. 2022.

[13] GOMES, D. D. F. *et al.* **Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica.** Escola Ana Nery, Rio de Janeiro- RJ, v. 26, n. 26, p. 1-8, jun./2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0425pt..> Acesso em: 15 ago. 2022.

[14] BORGES, M. D. C; PASSOS, M. A. N. **A importância do atendimento humanizado da equipe de enfermagem no cuidado de pacientes trans.** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, Brasília, v. 4, n. 8, p. 12-22, fev./2021. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/205>. Acesso em: 14 set. 2022.

[15] SANTANA, A. D. D. S. *et al.* **Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e Transgêneros.** Revista de Enfermagem UFPE on line, online, v. 16, n. 1, p. 1-12, dez./2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem>. Acesso em: 30 ago. 2022.

[16] MARTINS, B. R. *et al.* **Percepções de enfermeiros acerca da população LGBTQ+ e os seus entrelaces com a Atenção Primária à Saúde.** REVISTA INTERDISCIPLINAR DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, Santa Cruz do Sul- RS, v. 3, n. 3, p. 18-25, jul./2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/ripsunisc/about/contact>. Acesso em: 30 ago. 2022.

[17] NIETSCHE, E. A. *et al.* **Formação do Enfermeiro para o cuidado à população homossexual e bissexual: Percepção do discente.** Revista Baiana de Enfermagem, Salvador-BA, v. 32, n. 5, p. 1-11, mar./2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25174..> Acesso em: 2 set. 2022.

[18] REIS, P. S. D. O. *et al.* **Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais.** Revista Online de Pesquisa, Rio de Janeiro - RJ, v. 13, n. 2021, p. 80-80, jun./2021. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/7488/pdf>. Acesso em: 7 set. 2022.

[19] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 ago. 2022.